

“Decreto

Achando-se mutuamente Ratificado o Tratado assignado nesta Corte aos cinte e nove de Agosto do anno próximo passado pelos Meus Plenipotenciários e o do Senhor D. João Sexto, Rei de Portugal e Algarves, Meu Augusto Pai, mediante o qual pondo-se o dezejado termo à guerra que infelizmente se fizera necessária entre os dous Estados, foi justamente Reconhecida a plena Independência da Nação Brasileira, e a Suprema Dignidade, a que Fui Elevado pela unânime Acclamação dos Povos, com a cathegoria de Imperador Constitucional, e Seu Defensor Perpetuo: Hei por bem Ordenar que se dê ao dito Tratado a mais exacta observancia e execução, como convém à sanctidade dos Tratados celebrados entre as Nações Independentes, e à inviolável boa fé, com que são firmados. O Visconde de Inhambupe de Cima, do Meu Conselho d’Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar, expedindo as devidas participações e exemplares impressos para as estações competentes desta Corte e Províncias do Império, com as ordens mais positivas para que se cumprão e guardem como neles se contem. Palácio do Rio de Janeiro em dez de Abril de mil oitocentos e vinte e seis, Quinto da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade Imperial.

Visconde de Inhambupe.”

Fez no passado dia 29, 196 anos que foi assinado na cidade do Rio de Janeiro, o também chamado “Tratado Luso-Brasileiro” e “Tratado de Paz, Amizade e Aliança”, que selou o acordo bilateral firmado, em 29 de Agosto de 1825, entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal, que formalmente reconheceu, “de jure”, a Independência do Brasil e pôs fim à Guerra da Independência.

Cidade do Rio de Janeiro que, sendo na prática a capital do Reino de Portugal e Algarves, viu nascer, em 1815, essa notável construção política que foi o Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

De saudosa memória.

O Governo Português levou cerca de três anos a reconhecer a independência brasileira. Foi um assunto traumático que deixou marcas. Talvez por isso tenha caído rapidamente no esquecimento e nunca seja falado.

O “Grito do Ipiranga” foi um acontecimento inusitado e nunca mais repetido, em toda a História, de todos os territórios portugueses.

Inusitado porque a construção do Estado-Nação, chamado Portugal foi, toda ela feita sob o signo da Coesão; do centripetismo num destino comum; numa matriz cultural sólida.

É tudo isto que explica que a nossa “colonização” de Além-Mar tivesse uma especificidade única, que não tem paralelo em nenhuma outra.

As razões que explicam isto não vamos hoje tratá-las, mas é mister fazer um pequeno esboço dos eventos e das “forças” que levaram à separação política do território que maior atenção e durante mais tempo, obteve das autoridades em Lisboa. Já que durante dois séculos a “Metrópole” viveu de, e para, o Brasil.

As invasões francesas – cujas consequências ainda hoje se podem sentir – foram o prenúncio do que viria a acontecer mais tarde.

De facto, em 29 de Novembro de 1807, a Família Real Portuguesa, o Tesouro Real, o Governo, bens e pessoas num número nunca até hoje discriminado, e que se calcula entre 10 e 15 mil pessoas, mudaram-se para o Brasil, em cerca de meia centena de navios, o que constituía a quase totalidade da Armada Portuguesa.

Tal facto, previamente preparado e acordado com a Inglaterra (que enviou meia dúzia de navios a acompanhar a frota), foi uma decisão estratégica brilhante e singular, que impediu a captura da Família Real (como tinha acontecido em Espanha); salvou a frota nacional impedindo que a mesma caísse em mãos francesas (que careciam de navios como de pão para a boca) e salvaguardou a independência política do Reino.

Por isso o General Junot (e Napoleão) ficou a “ver navios no alto de Santa Catarina”...

Por outro lado a chegada ao Rio de Janeiro de tão ilustre e poderoso fluxo de meios humanos e materiais tornou, rapidamente, aquela cidade tropical, equivalente a uma capital europeia, em termos de cosmopolitismo, conhecimentos e capacidade de desenvolvimento.

A “ajuda” inglesa teve um preço elevado, em vários âmbitos, mas para o que estamos a tratar interessa referir que implicou a abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês nos mesmos moldes que acontecia (uma espécie de monopólio) com os nacionais.

Tal representava, na prática, o fim do “Pacto Colonial”, de 1651, que os próprios ingleses tinham imposto, para se defenderem da tese do “Mare Liberum”, de 1608, que a Holanda tinha adoptado.

Ora isto afectou tremendamente o comércio português, o que se sentiu ainda mais, depois de os franceses terem abandonado o território nacional, em 1811, deixando um rasto de morte e destruição tremendo e de que hoje não temos ideia nem memória. Nem vontade de ter.

O principal beneficiário destes eventos foi a Inglaterra que, aliás, veio a dominar o comércio brasileiro e a economia e as finanças portuguesas, durante todo o século XIX e Primeira República. Só os governos do Professor Salazar lhe puseram fim.

À medida que o tempo passava, a população da parte europeia de Portugal, começou a sentir-se “órfã” pois a Família Real teimava em não regressar, o que só aconteceu, em 1821, por via da Revolução Liberal ocorrida no Porto, em 24 de Agosto de 1820. E estando o governo no Rio de Janeiro passou a inverter-se a situação entre Metrópole e território ultramarino...

Entretanto havia também problemas graves no Brasil, como a ocupação da Guiana Francesa, em 1809 (devolvida após o Congresso de Viena); a tentativa de revolta republicana de 1817, em Pernambuco (que foi duramente reprimida) e toda a agitação na América espanhola, varrida por instabilidade política e desejos de independência e o velho contencioso de fronteiras nas margens do Rio Prata, que levou à Campanha do Uruguai, que durou entre 1811 e 1820.

No Reino de Portugal as coisas não iam melhor: com o país a lamber as feridas das invasões francesas; a germinação das “novas ideias” revolucionárias trazidas de França e que a Maçonaria defendia agora sem peias – o que contrastava com o país profundo e tradicionalista e afrontava a Igreja – com o desagrado crescente pelo governo do Marechal Beresford, que D. João VI tinha nomeado cabeça da junta governativa e o mal-estar existente no Exército por os principais comandos e funções estarem a ser ocupados por oficiais ingleses levaram, primeiro a uma tentativa de golpe de estado, frustrado, em 1817 e, finalmente, à vitória da Revolta Liberal de 1820, que logo obrigou ao regresso da Família Real e restante governo para Lisboa, a fim de poderem jurar a futura Constituição, em preparação, o que ocorreu no ano seguinte.

Entretanto a paz política e social foi-se degradando acentuadamente, acabando por a Família Real se cindir e depois dela, o Exército e a população em geral.

O primogénito e herdeiro do trono, o Príncipe D. Pedro ficou no Brasil para assegurar o controlo do território, como Príncipe Regente, mas acabou capturado pela maçonaria brasileira e pelo grande doutrinador da independência da antiga “terra brasilis”, o naturalista, poeta e estadista, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Começou por desobedecer à Assembleia Constituinte, que o mandou regressar e à mulher Leopoldina (Que era austríaca e grande defensora da independência), com o célebre “Fico!”, em 9 de Janeiro de 1822; e depois desobedeceu ao pai e ao governo, e traíu o país ao provocar a secessão do seu território mais rico e vasto, que o génio português tinha descoberto, colonizado e construído. E elevado a Reino Unido, isto é, com a mesma categoria política que Portugal e os Algarves (de aquém e de além-mar...). E veio (D. Pedro), mais tarde, depois de ter abdicado (“despedido”), em 1831, do título de “Imperador” a que se guindara, a provocar – juntamente com o seu irmão D. Miguel – a maior luta fratricida que em Portugal já houve, e quase acabou com o que restava do País.

Isto depois do pai de ambos, o infeliz monarca D. João VI, ter morrido envenenado em circunstâncias até hoje nunca apuradas.

Os governos liberais e a Assembleia Constituinte (uma novidade) trataram mal os deputados eleitos pelo Brasil e, mal avisados, tentaram reverter a situação de proeminência que o território brasileiro ganhara, procurando reverter as coisas ao modo como estavam antes da Família Real ter ido para o Rio de Janeiro. O que, naturalmente, não caiu nada bem nas “forças vivas” brasileiras.

As ideias independentistas, porém, começaram a ser espalhadas no Continente Americano, pela Independência dos EUA, em 1776. Esta independência, também ela de inspiração maçónica, foi feita contra a Europa. Tal teve, mais tarde, como consequência, a “Doutrina Monroe”, de 1823, que defendia o isolacionismo, fazendo da América Central e Sul uma espécie de quintal das traseiras americano; o que implicava que os países europeus abandonassem politicamente o Continente Americano.

O que sucedeu, com excepções negligenciáveis (Guiana Francesa e algumas ilhas nas Antilhas) sendo a última guerra que provocaram com esse fim, a de 1898, com a Espanha.

Não foi, portanto, por acaso que os EUA foram o primeiro país a reconhecer a independência brasileira.

A Inglaterra, porém, dado o potencial de que dispunha (e não tendo até hoje “engolido” a independência dos EUA), interessava a independência brasileira, a fim de se

apoderar de todo o seu comércio e daí partir para fazer o mesmo com os restantes países da América Espanhola, aproveitando as convulsões políticas e sociais dos dois países peninsulares, que se seguiram às campanhas napoleónicas. Acresce que desferiram por essa via, um golpe tremendo na Espanha, país que sempre fora seu inimigo figadal.

Acresce ainda, que a sua influência (da Inglaterra) na América do Sul lhe permitiria exercer pressão a obter apoios, para combater o tráfico de escravos e abolir a escravatura, campanha que a Grã-Bretanha liderava, por motivos que ultrapassavam em muito, o lado filantrópico e humanista da ideia (mas que agora também não iremos analisar). O que apesar do novo governo brasileiro ter anuído, depois não cumpriu, dada a importância que a escravatura tinha na sociedade e economia brasileira.

É necessário dizer que o conceito de independência dos territórios ultramarinos, ou “colónias”, na altura, tinha um sentido completamente distinto do de hoje, ou seja, não estava em causa o desejo de independência, os eventuais direitos dos povos indígenas ou intuídos de auto determinação da população no seu todo mas, tão – somente, os interesses da pouca aristocracia existente e da burguesia local – oriunda da Europa – em se tornar autónoma da Pátria - Mãe, naquilo que julgavam ser a melhor protecção dos seus negócios.

Quando o “Grito do Ipiranga” se dá, a 7 de Setembro de 1822, a reacção de Portugal foi de consternação e revolta e só o grande desatino político e social da altura, acompanhado de falta de dinheiro e navios, impediu o envio de tropas (havia largos milhares de veteranos de guerra) com experiência militar que tinham combatido e que facilmente teriam jugulado a revolta, o que seria facilitado pelo largo número de tropas e habitantes que viviam no Brasil e não aderiram à mesma. Isto é, não queriam deixar de ser Portugueses. Lembra-se que tinha havido logo no início uma revolta de 2.000 militares liderada pelo General Jorge Avillez e, em 1823, por exemplo, as tropas existentes na Bahia, ainda resistiam a reconhecer a separação.

Daí o não reconhecimento da expressão política do grito dado nas margens do Rio Ipiranga e a troca de imprecações recíproca.

A Inglaterra – sempre ela - ofereceu-se para ser mediadora no impasse, pelas razões atrás apontadas.

Deste modo e resumidamente: após a “Vilafrancada” (27 de Maio de 1823) e a “Abrilada” (30 de Abril de 1824), foi enviada uma carta de conciliação assinada por D. João VI ao filho D. Pedro, em que aquele propunha a conciliação de ambas as partes, salvaguardando a soberania portuguesa e concedendo ao Brasil ampla autonomia.

D. Pedro recusou-se a ler a carta, tão pouco a receber qualquer comissão ou a entabular negociações.

Nota-se nesta atitude uma deficiente avaliação da realidade da parte portuguesa (muito influenciada por Sousa Coutinho – mais tarde, Duque de Palmela). Disso é prova a declaração do Ministro dos Estrangeiros brasileiro José Joaquim Correia de Campos ao Conde de Rio Maior “um grande povo depois de figurar na lista das nações independentes, jamais retroga da sua representação política”.

É então que os ingleses chamam a si a mediação do processo cuja direcção é entregue ao Ministro dos Negócios Estrangeiros George Canning. A reunião dos plenipotenciários ocorreu em Londres (por ser território “neutro”) a que se juntaram representantes da Áustria (que liderava a Santa Aliança, então dominante na Europa e se opunha à independência de qualquer “colónia”).

As conversações anteviam-se difíceis dado que o Conde de Vila Real (Ministro Português na Corte de Londres) recebera instruções de Lisboa, a fim de defender a reunião das duas coroas (portuguesa e brasileira) numa só pessoa, embora admitindo a separação administrativa, ao passo que a parte brasileira, apoiada pelo governo de Londres, pugnava pela independência.

Deste modo as cinco sessões realizadas entre Julho e Novembro de 1824, e que incluíram outros pontos, falharam.

Perante o impasse, o Ministro Canning, que pretendia garantir um Tratado de Comércio para a Grã-Bretanha e ao mesmo tempo solucionar a questão das relações luso-brasileiras, nomeou, para cumprir essa missão um embaixador, de seu nome Charles Stuart, que viria primeiro a Lisboa e depois ao Rio de Janeiro.

Nas nove sessões em que interveio na capital portuguesa, ocorrendo a primeira em 5 de Abril de 1825, conseguiu convencer o governo português (não se sabendo ao certo as razões que levaram a parte portuguesa a mudar de opinião) da impraticabilidade da reunião das duas Coroas. Deste modo foi possível estabelecer as bases de um futuro acordo. Havia ainda que estabelecer o modo de reconhecimento da Independência, o nome do novo Estado, a sucessão de D. Pedro à Coroa de Portugal, como herdeiro de D. João VI e a eventual partilha de soberania entre os dois monarcas.

O embaixador Stuart ainda propôs um “pacto de família” com vários pontos, havendo ainda uma parte delicada em que D. João VI não concordava com a designação de D. Pedro como Imperador, pois a considerou ilegítima, dado que o Poder fora adquirido pela via revolucionária sendo que só o poder legítimo detentor da soberania, podia legitimamente sub-rogar. Este ponto levou a que se elaborassem três “cartas” diferentes, de modo a poder viabilizar a negociação, sem embargo de D. João VI guardar para si nos três casos, a titularidade da soberania. As cartas foram assinadas a 13 de Maio.

Nestas nove reuniões representou o governo português, o Conde de Porto Santo, António de Saldanha da Gama; e o Rei português na assinatura do Tratado (tal deveu-se à queda do governo Palmela/Subserra, entretanto havida, que se opunham à independência brasileira).

A designação escolhida pelos brasileiros foi a de “Rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves”, tendo sido cedida, a D. Pedro, o pleno exercício da soberania para governar o Brasil.

Nesta carta, D. João VI manifestava a intenção de “pôr termo aos males e dissensões que têm ocorrido no Brasil”; de “restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos” e “de procurar a prosperidade geral e segurar a existência política aos destinos futuros dos reinos de Portugal e Algarves, assim como os do Brasil”. E para isso reservava para si e seus sucessores o “título e dignidade de Imperador do Brasil e Rei de Portugal e dos Algarves”, separava a administração interna e externa dos ditos reinos e entregava a D. Pedro “de livre vontade” o pleno exercício da soberania do Brasil. Muitos outros pontos estavam incluídos.

Charles Stuart partiu para o Rio de Janeiro, em 24 de Maio de 1825, onde chegou a 16 de Julho.

Depois de alguns ajustamentos o Tratado foi assinado, a 29 de Agosto desse ano, incluindo ainda a reserva do título de Imperador do Brasil, para D. João VI; a restituição mútua de bens e presas; a garantia de que o governo brasileiro não admitiria que qualquer outra parte do território ultramarino português se lhe juntasse e

uma indemnização de dois milhões de libras esterlinas. Como o Brasil não tinha essa soma, fez um empréstimo em Londres; mas o dinheiro não chegou a sair dos cofres ingleses dado que serviu para amortizar a já grande dívida que existia entre Portugal e a banca inglesa.

A Grã-Bretanha (“no seu melhor”) a ganhar em todos os tabuleiros.

Agora que se avizinham as comemorações dos 100 anos da extraordinária viagem em que Gago Coutinho e Sacadura Cabral, cruzaram pela primeira vez, pelo ar, o Atlântico Sul, entre 30 de Março e 17 de Junho de 1922, e os dois séculos de independência brasileira, em 7 de Setembro do mesmo ano – data “de facto”, mas não “de jure”, que só o tratado que ora versamos consignou – seria bom que pudéssemos garantir o prosseguimento do seu artigo 4º: “Haverá dora em diante paz e aliança, e a mais perfeita amizade entre o Império do Brasil e os Reinos de Portugal e Algarves, com total esquecimento das desavenças passadas entre os povos respectivos”. E ir um pouco mais além, sem ficarmos pelas “generalidades e culatras” do costume.

Diria que, na boa tradição cristã, será bom perdoar, mas nunca se deve esquecer desavenças. Sobretudo entre Estados. Mesmo que desta feita se possa também considerar que não foi o Brasil que se tornou independente de Portugal, mas o contrário...

A História serve para conservar a memória e tirar ilações para o futuro.

Convinha também explicar isto a quem anda a queimar estátuas do Pedro Álvares Cabral. E, sobretudo, aos seus mentores.

João José Brandão Ferreira
Oficial Piloto Aviador (Ref.)